

Em debate



Foto: Joka Madruga



Foto: Rodrigo Feltre

Em Curitiba, população está dividida e ocupa as ruas.

Sindicato defende a democracia

O SINDICATO DOS BANCÁRIOS É O INSTRUMENTO DE LUTA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTE DE GOVERNO. RESPEITAMOS AS DIFERENÇAS DE PENSAMENTO DA CATEGORIA

Vivemos hoje um clima de intolerância entre nós, até mesmo dentro de nossas famílias. Acreditamos que esse ódio é produzido, em parte, pelo modelo privado de comunicação que existe no país, com os grandes meios de imprensa de massa sob a tutela de apenas sete famílias, que falam o que querem. As empresas de comunicação são como bancos, querem somente o lucro e defendem seus interesses de forma disfarçada.

Sindicato na luta – No dia 18 de março, o Sindicato dos Bancários de

Curitiba e região, seguindo orientações da Central Única dos Trabalhadores, se juntou a militantes dos movimentos sociais, sindicais, estudantis e políticos no ato de apoio à democracia. Importante lembrar que é em defesa da manutenção de direitos dos trabalhadores. Democracia e direitos: pilares que estão, de fato, ameaçados.

“Não se trata de defender um governo, um ex-presidente, ou um partido. Mas de defender com muita determinação uma democracia conquistada a duras penas, inclusive custando a vida de milhares de trabalhadores que lutaram por ela. A democracia está sendo solapada por interesses espúrios contrários aos interesses da nação”, afirma Elias Jordão, presidente do Sindicato.

Golpe de 1964 – Quando brada-

mos “Não ao Golpe” agora em 2016, entendemos que, de fato, a democracia está ameaçada. O Sindicato foi contra o golpe de 1964, que ocorreu num contexto muito parecido com que vivemos agora e que ocasionou o fechamento de entidades que lutam pela classe trabalhadora.

Entenda, em 1963, João Goulart assumiu a presidência com medidas que atenderam os mais pobres. Nesse contexto, houve o golpe militar em 1964. Foi o fim da democracia. Passamos 30 anos sem eleições diretas para presidente do país. Quem ficava contra o regime militar era torturado e morto.

Somos contra a corrupção – A bandeira do combate à corrupção sempre foi nossa. Defendemos que a punição caiba de fato a quem comprovadamente se envolveu em corrup-

ção. Somos contrários e questionamos a seletividade e o direcionamento das denúncias. Somos contra a quebra dos direitos individuais de uns e o apaziguamento para outros. Somos contrários à quebra do estado democrático de direito que coloca em risco todos os direitos civis.

Mobilização deve continuar – Os trabalhadores devem ocupar as ruas e se manifestar. Em defesa da democracia, da manutenção de seus direitos já conquistados com muita luta. Bancário também é trabalhador! “É neste contexto que nós, do Sindicato, alinhado com os demais sindicatos filiados à CUT do país, fazemos frente a este processo, que está mais para golpe de estado que combate à corrupção”, finaliza Elias, em texto assinado por toda a direção da entidade.

sindicato luta:

- ✓ pela defesa dos trabalhadores;
- ✓ pela democracia;
- ✓ pela ética;
- ✓ pela manutenção das riquezas e do patrimônio do país;
- ✓ pelo combate à corrupção;
- ✓ pela liberdade e autonomia sindical.

sindicato é contra:

- ✗ entrega do pré-sal;
- ✗ a abertura de capital de estatais e consequente privatização do BB e da Caixa;
- ✗ a aprovação da lei que escancara a terceirização;
- ✗ tentativa de golpe (midiático, político e do judiciário) com seletividade e direcionamento das denúncias;
- ✗ a lei antiterrorismo que criminaliza os movimentos sociais;
- ✗ quebra de direitos individuais e do estado democrático de direito.

Caixa

Bancários exigem fim da reestruturação

SINDICATOS INGRESSAM COM AÇÕES JUDICIAIS PARA IMPEDIR MUDANÇAS DE SALÁRIO E DOMICÍLIO DOS BANCÁRIOS

Após pedido feito pelo Sindicato dos Bancários de Brasília (DF), o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região suspendeu o processo de reestruturação da Caixa. A decisão vale somente para a capital federal. O TRT determinou que o banco se abstenha de efetivar descomissionamentos ou transferências, com efeitos a contar de 17 de março, data em que a ação foi proposta.

No dia 24 de março, foi realizada mobilização nacional nos locais de trabalho contra a forma como o processo de reestruturação está sendo realizado pela Caixa. “Em Curitiba não aceitaremos redução de salário nem mudança de domicílio. Se necessário for, entraremos na justiça como fizemos em 2010”, avisa Genesio Cardoso, representante na CEE Caixa.

Reestruturação – A Caixa anunciou no mês de março um processo



Bancários da Caixa estão mobilizados e exigem respeito.

de reestruturação que inclui mudança de local de trabalho e até de domicílio, podendo acarretar em redução salarial. O movimento sindical já havia solicitado à Caixa que fosse informado antecipadamente aos trabalhadores possíveis mudanças, mas a direção da empresa sempre negou.

Foi Miriam Belchior, presidente da Caixa, quem reuniu os representantes dos trabalhadores para anunciar a reestruturação mas sem detalhar o

que será alterado. A CEE/Caixa encaminhou ofício à Caixa para solicitar a suspensão do processo e também detalhes da reestruturação.

“Considerando a gravidade da situação, vimos solicitar o detalhamento do processo de reestruturação e o impacto na vida dos trabalhadores, bem como sobre as garantias que estão previstas para os empregados afetados pelas medidas do plano de realocação de pessoal”, diz o documento.

Lei das Estatais

Caixa continua 100% pública

O chamado Estatuto das Estatais foi aprovado em 15 de março no Senado. Com a pressão da mobilização dos trabalhadores contra o PLS 555, foram retirados pelo relator os pontos mais polêmicos, como a obrigatoriedade de todas as empresas públicas se transformarem em sociedades anônimas (SA). O Estatuto só será implantado em empresas com mais de R\$ 90 milhões de receita bruta operacional e a exigência das empresas não terem mais ações preferenciais também foi retirada. O projeto segue para votação na Câmara.

Conselheiros

Em maio, eleições Funcef

A Funcef iniciou Processo Eleitoral em 2016 para preencher uma vaga para titular e uma para suplente no Conselho Deliberativo e uma vaga de titular e uma de suplente no Conselho Fiscal. Foram inscritas sete chapas para a disputa. A homologação das chapas será dia 27 de abril. As eleições serão realizadas de 16 a 18 de maio. O diretor do Sindicato Antonio Luiz Fermineo é candidato a titular para o Conselho Deliberativo na chapa 5: Funcef pra gente.

Santander

Debate sobre minuta

O Encontro Nacional dos Funcionários do Banco Santander será realizado nos dias 12 e 13 de abril em São Paulo. O encontro terá caráter organizativo e servirá para o debate e encaminhamento dos principais eixos da minuta de reivindicações, além de organização do plano de lutas dos trabalhadores do Banco Santander. De acordo com Denner Halama, dirigente do Sindicato, serão debatidos temas levantados na pesquisa realizada com os bancários. A pesquisa abordou emprego, saúde, condições de trabalho e questões econômicas.

Cassi

Sindicato apoia Chapa 2

ELEIÇÕES SERÃO REALIZADAS DE 11 A 22 DE ABRIL. DIRETORA DO SINDICATO CONCORRE A SUPLENTE NO CONSELHO FISCAL

De 11 a 22 de abril será realizada a eleição para renovar parte da Diretoria e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), entidade que administra os planos de saúde dos funcionários do BB. O Sindicato dos Bancários de Curitiba e região apoia a Chapa 2 Juntos pela Cassi, encabeçada por Miriam Fochi, atual diretora de Planos de Saúde e de Atendimento aos Clientes.

Ana Paula Busato, diretora do Sindicato, é candidata a suplente no Conselho Fiscal. “Apoiamos a Chapa 2 Juntos pela Cassi por acreditar na



continuidade do trabalho da Miriam Fochi na defesa dos direitos e interesses de toda a categoria”, explica Ana Busato.

A direção da Caixa de Assistência é compartilhada: o BB indica o Presidente, o Diretor de Administração e

Finanças, quatro dos oito Conselheiros Deliberativos e três dos seis Conselheiros Fiscais. Os associados elegem o Diretor de Saúde e Rede de Atendimento, o Diretor de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes e a metade dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

HSBC

Indefinição preocupa bancários

MESMO COM LIMINAR CONTRA PARALISAÇÕES, SINDICATO CONTINUA MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DOS TRABALHADORES DO HSBC

Enquanto o processo de venda do HSBC para o Bradesco segue em análise pelo CADE, muitas irregularidades praticadas por ambos os bancos no processo de integração foram enviadas ao Sindicato, que encaminhou ao CADE para averiguações.

“Devemos estar atentos e não esquecer que HSBC e Bradesco são investigados em CPIs (Swissleaks e Zelotes) deixando claro seu descompromisso com nosso país, por se tratar de desvio e sonegação de dinheiro público”, alerta Elias Jordão, presidente do Sindicato.

Nos últimos anos, o HSBC tem sido notícia em escândalos financeiros pelo mundo. No Brasil, a CPI que investiga a lavagem de dinheiro e evasão fiscal recebeu, em março de 2016, novas informações e solicitou ajuda da Polícia Federal.

Já sobre o Bradesco, a CPI do Carf foi aberta após denúncias apuradas na Operação Zelotes. Deflagrada há um ano pela Polícia Federal, a Zelotes investiga esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda que julga recursos de empresas autuadas pela Receita Federal.

O banco Bradesco aparece nas investigações da Zelotes como suspeito



Bancários continuam mobilizados, mesmo com falta de diálogo e ações judiciais do HSBC

Foto: Joka Madruga/SEEB Curitiba

de negociar ou pagar propina para apagar débitos com a Receita Federal no Carf. Os débitos do Bradesco e Bradesco Seguros com a Receita Federal seriam de R\$ 2,7 bilhões.

Quanto ao HSBC, o número de contas de brasileiros na agência da Suíça passa de 8.000, com cerca de US\$ 7 bilhões depositados. A maioria não declarou os valores à Receita Federal.

“Como o CADE já entende que há concentração no processo de venda, ele não pode desconsiderar a conduta desses bancos. Pois se não houver o estabelecimento de acordos assinados pelos bancos, certamente

o que veremos será mais prejuízos para os bancários e clientes”, avalia Cristiane Zacarias, coordenadora nacional da COE HSBC.

Bônus – A insatisfação dos bancários, que já era grande, piorou com o pagamento do bônus com valores rebaixados. “O pagamento foi direcionado para algumas áreas, onde nem todos tiveram direito por se tratar de uma avaliação discricionária”, esclarece Cristiane.

PLR – Mesmo com a liminar que impede paralisações nos locais de trabalho, o Sindicato segue buscando alternativas. A falta de transparência

com os dados do balanço e o silêncio do banco ao pedido de esclarecimentos motiva o Sindicato a buscar informações de forma judicial.

No dia 18 de março, dirigentes sindicais se reuniram com o economista e consultor da empresa Macro Análises, Cid Cordeiro, para acompanhar os indicadores das operações bancárias do HSBC. “Nosso objetivo é entender o que se passa dentro do HSBC, uma vez que as metas e a quantidade de trabalho dos funcionários aumentam exponencialmente, mas não aparecem no balanço anual”, acrescenta Elias Jordão, presidente do Sindicato.

Metas abusivas

Bradesco impõe pressão militar

GRANADA SEM PINO É SÍMBOLO DO BANCO CONTRA QUEDA NA PRODUTIVIDADE EM REUNIÃO COM GERENTES

O Bradesco promoveu em São Paulo palestra com policial do BOPE do Rio de Janeiro como parte de treinamento para gerentes, com direito a granada sem pino como símbolo que não poderiam deixar cair a produtividade.

“A mensagem não agradou os bancários, que relataram que o conteúdo foi pesado e ofensivo”, relata Karla Huning, diretora do Sindicato.

Com a expressão de ordem “pedra pra sair”, os bancários do Bradesco sentem-se sob pressão, como se quem se sentir fraco ou não conseguir o ritmo de produção imposto deve pedir para sair do quadro.

“Esta mensagem vem em desconformidade com todo o conteúdo de alerta de prevenção de saúde física e mental tanto debatida na categoria”, alerta Karla, que é diretora da Secretaria de Assuntos Jurídicos e bancária do Bradesco.

Bancário, denuncie ao Sindicato as pressões que o banco impõe nos locais de trabalho.

Itaú

Ações reduzem valor do plano de saúde

DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS A MAIS TAMBÉM FOI GARANTIDA EM AÇÃO DO SINDICATO

O Sindicato vêm obtendo, através de sua assessoria jurídica, importantes precedentes em ações individuais questionando cobranças da Fundação Saúde Itaú. As ações questionam o aumento excessivo nos valores cobrados para manutenção do plano. A Lei 9.656/98 prevê, tão somente, a continuidade do plano com o participante arcando com o mesmo custo anterior e o restante deve ser pago pelo Itaú.

Uma das ações já exitosas, de

uma bancária aposentada, tramitou perante a 21ª Vara Cível de Curitiba, garantindo a redução do valor do Plano de Saúde de acordo com a Lei 9.656/98. A justiça determinou, ainda, a “devolução dos valores pagos a mais, acrescidos de correção monetária pelo INPC”. A decisão foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Paraná e já não cabe mais recurso, a decisão é definitiva.

“Bancário, você deve lutar pelo seu direito. Procure as secretarias jurídica ou de saúde do Sindicato”, convoca Ana Fideli, diretora da Secretaria de Saúde.

Jurídico

Aumentam dispensas por justa causa

INFORME-SE SOBRE ESSE PROCEDIMENTO PARA NÃO SER PREJUDICADO PELOS BANCOS

Em 2015, o departamento jurídico do Sindicato constatou aumento no número de dispensas por justa causa. Quem é despedido por justa causa sofre a penalidade de perder seu emprego e de não ser compensado com o pagamento de verbas rescisórias de natureza indenizatória, tais como férias e

13º salário proporcionais e aviso prévio indenizado, além de não possuir direito à multa de 40% sobre o FGTS, não sacar os valores depositados em conta vinculada do FGTS e não receber seguro-desemprego. Para o advogado Nasser Ahmad, assessor jurídico do Sindicato, isso pode ocorrer, muitas vezes, por desinformação dos trabalhadores. Ele elaborou uma lista de condutas exemplificando como os bancos estão aplicando na dispensa por justa causa de seus funcionários. Confira:

Hipóteses legais de aplicação de justa causa

PREVISTAS NO ARTIGO 482 DA CLT

Ato de improbidade: é a ação do empregado que por meios não permitidos obtenha vantagem econômica para si ou para terceiros. Está associado à prática de um ato ilícito, como apropriação indébita. Com a intensificação da cobrança de metas, a fim de atingi-las, muitas vezes alguns bancários acabam por lançar débitos indevidos nas contas correntes de clientes, sem autorização. Seguros de vida, títulos de capitalização, etc., são vendidos sem sequer o cliente saber. Nesses casos, se houver recebimento de remuneração variável ou algum benefício econômico ao empregado estará caracterizado o ato de improbidade. Se não houver, pode ser considerado como mau procedimento.

Mau procedimento: é qualquer conduta ilícita ou ofensiva intencionalmente cometida.

É prática incompatível com o ambiente ou prejudicial ao contrato de trabalho, como o gestor que pratica assédio moral em relação aos seus subordinados.

Incontinência de conduta: é considerada a conduta ofensiva relacionada à vida privada do empregado, normalmente de cunho sexual, que afete o ambiente de trabalho ou o cumprimento das obrigações contratuais por ele.

Cada vez mais comuns são as situações de utilização de ferramentas de trabalho, como e-mail corporativo ou intranet para divulgação de fotografias ou para conversas de conteúdo pornográfico. Este é um exemplo de ação tida como incontinência de conduta.

Indisciplina: abrange o descumprimento de ordens gerais, indiretamente dirigidas ao empregado, tais como regulamentos da empresa, manuais de conduta.

Insubordinação: é o descumprimento de ordens emanadas da direção ou dos superiores hierárquicos diretamente ao empregado ou a um grupo de empregados.

Saúde

Atestado médico: Atenção aos prazos

Em caso de afastamento por doença, a maioria dos bancos exige que o atestado seja apresentado em 48 horas, a via original. A partir disso, fique atento aos prazos:

- nos primeiros 15 dias, não há afastamento pelo INSS e o bancário pode apresentar diversos atestados;
- a partir do 16º dia, o banco pode somar os atestados e encaminhar o afastamento para o INSS;
- mesmo que os afastamentos sejam intercalados

e somarem mais de 15 dias, ou o bancário retornar ao trabalho no 16º dia e se afastar novamente dentro de 60 dias, o banco paga somente os 15 primeiros dias e encaminha o restante para o INSS;

- se após o retorno ao trabalho e encerramento do benefício do INSS, houver novo afastamento dentro de 60 dias, e o bancário apresentar novo atestado de 15 dias, o banco fica desobrigado de pagar o novo período de afastamento, remunera somente os dias trabalhados.

Imposto Sindical — 2016 —

Solicite a devolução
(somente sindicalizados)

- **Prazo:** Das 08h00 do dia 11 às 22h00 do dia 22 de abril para queos sindicalizados façam o pedido de devolução.

- **Devolução:** segunda quinzena de junho.

- **Como solicitar:**

1. Acesse www.bancariosdecuitiba.org.br e localize o banner do Imposto Sindical 2016;
2. Escolha entre receber o crédito em conta corrente ou investir na Coopcrefi;
3. Preencha corretamente todos os dados do formulário;
4. Confira os dados e clique em Prosseguir. Aguarde a mensagem de confirmação de envio;
5. Pronto, basta aguardar a devolução a partir da segunda quinzena de junho.



Confira as condições de empréstimo da Cooperativa dos Bancários

Empréstimo	Nº parcelas	Valor das parcelas
R\$ 5.000,00	12	R\$ 485,00
R\$ 5.000,00	24	R\$ 274,00
R\$ 8.000,00	24	R\$ 438,00
R\$ 10.000,00	24	R\$ 547,00
R\$ 12.000,00	24	R\$ 666,00
R\$ 15.000,00	24	R\$ 820,00

Mais informações pelos telefones (41) 3028-3567 ou 3028-3568 ou pelo e-mail coopcrefi@bancariosdecuitiba.org.br.